

**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração Apelação Cível nº 0007452-35.2008.8.17.0001  
(0314144-2)

Embargante: Glauber Serodio Guedes

Embargado: POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda. e OUTROS

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**ACÓRDÃO**

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OBSCURIDADE. OCORRÊNCIA. RECURSO ACOLHIDO.

1 – A decisão guerreada não foi clara no sentido de especificar se o valor da condenação deve ser repartido entre os autores ou se a importância de R\$ 5.000,00 deve ser paga a cada um dos litigantes vitoriosos.

2 – Recurso acolhido, para esclarecer que o valor indenizatório correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deve ser repartido entre os integrantes do pólo ativo da demanda

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os Embargos de Declaração na Apelação nº 0314144-2, em que figuram como Glauber Serodio Guedes e como Embargados Embargante POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda. e Outros, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em ACOLHER o Recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28 - 1 - 2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração Apelação Cível nº 0007452-35.2008.8.17.0001  
(0314144-2)

Embargante: Glauber Serodio Guedes

Embargados: POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda. e OUTROS

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 1161/1167) opostos por Glauber Serodio Guedes, contra o acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível, o qual deu provimento, por unanimidade de votos, à Apelação interposta em face da sentença (fls. 93/98) prolatada pelo juízo da 28ª Vara Cível da Capital, em sede de ação de indenização intentada por Júlio César Ventura, João Geraldo Medeiros e POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda., para condenar o réu ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.000,00 por danos morais.

Suscita o embargante a ocorrência de obscuridade no acórdão hostilizado, tendo em vista *“que figuraram como partes no processo, no pólo ativo, a POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda., Júlio César Ventura e João Geraldo Medeiros, não restando claro no acórdão impugnado se a condenação imposta deveria ser paga a cada um dos autores ou se o valor de R\$ 5.000,00 deveria ser dividido entre as partes demandantes”*.

Em sucessivo, requer o acolhimento dos aclaratórios a fim de sanar a obscuridade apontada.

**É o relatório.** Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 28-1-2014

Des. Bartolomeu Bueno  
Relator

**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração Apelação Cível nº 0007452-35.2008.8.17.0001  
(0314144-2)

Embargante: Glauber Serodio Guedes

Embargado: POLYDISC – Estúdio de Gravações e Comércio Ltda. e OUTROS

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**VOTO**

Razão assiste ao embargante.

Ao condenar a parte recorrente ao pagamento de indenização a título de danos morais, o acórdão atacado não abrigou a clareza que dele se pode presumivelmente esperar, motivo pelo qual merece acolhida a irresignação da parte ré.

Eis o trecho questionado da decisão embargada (fl. 127):

À unanimidade, deu-se provimento ao apelo dos autores para reformar a sentença e condenar o réu no pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, nos termos do voto da turma.

Como se pode depreender da leitura do fragmento acima transcrito, a decisão guerreada não foi clara no sentido de especificar se o valor da condenação deve ser repartido entre os autores ou se a importância de R\$ 5.000,00 deve ser paga a cada um dos litigantes vitoriosos.

Com efeito, voto no sentido de **ACOLHER OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS**, para esclarecer que o valor indenizatório correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deve ser repartido entre os integrantes do pólo ativo da demanda.

É como voto.

Recife, 28-1-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator